

CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES EM NOTÍCIAS

Lílian Noemia Torres de MELO (Universidade Federal de Pernambuco)

RESUMO: este trabalho tem por objetivo analisar como a seleção de discursos que dão sustentação ao discurso jornalístico proporciona a construção de identidades dos atores sociais envolvidos no relato noticioso. Os textos de Falcone (2005), Van Dijk (2008), que se refere à questão do acesso a vozes no domínio jornalístico, assim como os trabalhos de Moita Lopes (2003), Castells (2002), Signori (1998), Penna (1997), dentre outros, no tocante à noção de identidade serviram de aporte teórico para trabalho. Para análise, identificamos em notícias do *Jornal do Commercio* impresso, publicadas no período de julho do ano de 2009, os discursos selecionados pelo jornalista para a construção do discurso do próprio jornal acerca da greve estadual de professores, procurando analisar em que medida tais escolhas influenciavam na construção de identidades dos docentes inseridos no movimento grevista da rede pública de ensino do estado de Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVES: Identidade. Notícia. Professores.

1. Introdução

Para a construção do trabalho, partimos das seguintes questões: Como são construídas, no gênero textual notícia, as identidades dos atores/grupos sociais envolvidos no relato noticioso? e; A seleção de discursos realizada pelo jornalista para compor a notícia privilegia alguns desses atores?

Diante de tais problematizações, partimos da hipótese que a seleção de discursos pelo jornalista para compor o gênero textual notícia, influencia ativamente na construção identitária dos atores sociais envolvidos no relato noticioso. Delimitando-nos a este trabalho, acreditamos que tal seleção interfere no processo de construção de identidade do professor participante do movimento grevista da Rede Estadual de Ensino. Para tal elaboração, apoiamos-nos nas considerações de Moita Lopes (2003), quando afirma que a mídia está afetando as identidades sociais e, conseqüentemente, sobre quem tem maior mobilidade de acesso à informação, como também sobre o poder social que isso ocasiona.

Tendo por mente, portanto, que as identidades não são nem estão prontas e fixas – mas sim situadas – nos processos discursivos de suas construções (MOITA LOPES, 2003), temos por objetivo analisar como a seleção de discursos que dão sustentação ao discurso jornalístico, em especial à notícia, contribui para a atribuição de identidades dos professores grevistas envolvidos no fato noticioso.

Para atingir este objetivo, os materiais utilizados para a delimitação do *corpus* do trabalho em questão se restringiram ao domínio jornalístico, tendo como foco o gênero notícia. As notícias foram extraídas do *Jornal do Commercio* impresso, no período de julho do ano de 2009, tendo como objeto de estudo as publicações sobre as greves de professores do Estado de Pernambuco. A eleição de tal jornal em vez de outros foi

devido ao fato de ele possuir maior circulação no Estado, ou seja, provavelmente ser o mais lido pelos pernambucanos, o que de certa forma contribui para uma maior divulgação das identidades que são atribuídas aos professores do estado.

Antes de nos determos às análises propriamente ditas, faz-se relevante uma abordagem sobre as teorias referentes à identidade e acesso, já que elas vão permear as nossas discussões posteriores.

2. Identidade

Identidade, segundo Hoffnagel (2010, p. 64), constitui-se “numa noção tão comum e cotidiana que é difícil de se chegar a um consenso sobre seu significado”. Antigamente, ela só estava no centro dos debates e meditações filosóficas. Agora, como afirma Bauman (2005, p. 23), “é o papo do momento, um assunto de extrema importância e evidência”.

Para Signorini (1998), delimitando-se à questão da identidade social, ela a define como o grau de visibilidade do homem na esfera pública, isto é, na sua posição na esteira hierarquicamente organizada das relações sociais. Desse modo, a construção social da identidade sempre ocorrerá em um contexto marcado por relações de poder, ou seja, sempre estará relacionada com a atribuição de valores. Ela se constituirá na posição da pessoa, em relação à posição dos demais dentro da sociedade (CASTELLS, 2002).

De acordo com os interesses políticos da ordem dominante, são construídas, suprimidas e promovidas socialmente identidades sociais (KITZINGER apud MOITA LOPES, 2003). Com isso, elas estão ligadas à ideia de interesses e está investida de ideologia. Ou seja, a construção identitária é uma operação totalmente ideológica. Qualquer impulso para repensar a identidade também terá de ser uma resposta ideológica a uma ideologia existente e dominante (RAJAGOPALAN, 1998).

As identidades sociais não são algo particular de um grupo ou de um indivíduo. São construções sempre inequivocadamente realizadas como um trabalho simbólico de um grupo, em sua cultura e com sua cultura. As condições para a construção das identidades estão intimamente vinculadas às condições de existência, à cultura e às relações sociais em que o indivíduo ou o grupo se encontra inserido. Dessa forma, concebe-se a ideia da possibilidade de múltiplas identidades sociais que são construídas sobre diferentes referenciais disponíveis e distintos recortes (PENNA, 1997). Como afirma Bauman (2005, p. 60), “uma identidade coesa, firmemente fixada e solidamente construída seria um fardo, uma repressão, uma limitação da liberdade de escolha. Seria um presságio da incapacidade de destravar a porta quando a nova oportunidade estiver batendo”.

Baseando-nos em Moita Lopes (2003), faz-se necessário o estudo das identidades sociais devido ao grande momento de reflexividade que vivemos na vida contemporânea, momentos esses de experienciar a vida social ou as identidades sociais que se apresentam. Refletindo e revelando as práticas discursivas em que tais identidades são focadas, haverá uma colaboração para a conscientização sobre a vida social de modo que

a emancipação do homem seja possível ou que, pelo menos, seja possível contribuir na compreensão do mundo em desordem (GIDDENS apud MOITA LOPES, 2003, p. 19).

3. Acesso

Chama-nos a atenção para a escolha de publicações de notícias sobre o tema greve escolar, pois, acredita-se que os docentes do Estado passam a participar ativamente do discurso da mídia quando necessariamente estão inseridos no movimento grevista. Diz Van Dijk (2005), que trabalhadores introduzidos em grupos grevistas não são definidos como fazendo parte da audiência, exceto quando estão em explicações negativas dos conflitos ou em notícias sobre negociações com os seus líderes. Os trabalhadores quase não são visíveis.

Tal fenômeno nos faz pensar sobre a noção comumente compartilhada na sociedade, como também em discursos acadêmicos, acerca da imparcialidade e objetividade existente no gênero notícia. Destaca Van Dijk (1996), que a suposição de imparcialidade das representações da notícia é posta em questão pela descrição tendenciosa que se faz das greves, em favor daqueles que estão no poder, um viés que pode ser destacado e observado especialmente em pequenos e sutis detalhes do relato noticioso. O poder aqui é tido como uma relação social entre grupos ou instituições, envolvendo o controle por parte de um grupo poderoso ou instituição das ações e mente de um grupo menos poderoso. (VAN DIJK, 2005)

Com a finalidade de mostrar como esse poder se configura no domínio jornalístico, alguns autores trabalham com a noção de *acesso*, que consiste no acesso cedido a alguns discursos pelos veículos de comunicação. De acordo com Falcone (2005), o acesso de grupos excluídos ao discurso jornalístico é negociado entre as instituições de poder, e não se dá de forma igualitária para todos os grupos sociais. Os grupos de excluídos dividem espaço nos jornais com as instituições de poder, quando rompem “com a ordem social estabelecida, promovendo ocupações a prédios desocupados, saques ou passeatas. É assim que eles obtêm conquistas sociais, atenção da sociedade, subvertem a ordem dos modelos de acesso”. (FALCONE, 2005, p.25). É assim que eles conseguem romper com a invisibilidade. Como diz Van Dijk (1997, p.169) “O grau de acesso à mídia jornalística é um termômetro do grau do poder de elite”.

O acesso a discursos e eventos comunicativos pode ocorrer de diversas maneiras, segundo Van Dijk (1997). Agentes sociais mais influentes podem determinar quem diz o quê, para quem, de que forma e sob quais circunstâncias. Eles podem, por exemplo, “controlar o discurso ao determinar ou escolher hora e lugar, participantes, público, possíveis atos de fala (como ordem e pedidos), ordem do dia, assuntos, escolha da linguagem, estilo, estratégias de polidez ou deferência, e muitas outras características do discurso escrito ou falado”. (VAN DIJK, 1997, p. 169)

Acreditando, com isso, que a seleção de discursos constitui-se como um dos mecanismos que proporciona o acesso de grupos a participarem discursivamente da notícia, diríamos que neste ponto há uma forte relação com a questão da atribuição de

identidades dos atores sociais, uma vez que, a mobilidade desses acessos à informação comprometeria as identidades dos envolvidos no fato noticioso.

Tendo em vista os referidos aspectos apresentados, faz-se relevante o presente trabalho, uma vez que é imprescindível que se desenvolva na sociedade um olhar mais crítico sobre os discursos eleitos para serem representados nas notícias sobre greve de professores, já que acreditamos que a seleção desses discursos influencia na legitimação do poder.

4. Análises

Para as análises realizadas seguimos as bases teórico-metodológicas indicadas por Falcone (2005), no que diz respeito às macrocategorias de acesso. Elas são apresentadas como sendo de dois tipos: acesso institucional e acesso episódico. O primeiro é “onde está representado o discurso das instituições, podendo ser este do próprio jornal, das instituições que estão em relação de sustentação de forças, ou daquelas em conflito com os grupos do poder econômico.” (p.24) Aqui são analisados quais os atores sociais são escolhidos pela imprensa para dar entrevistas. Já em relação ao acesso episódico, como o próprio nome já indica, diz respeito “a episódios, eventos, fatos e às circunstâncias determinados pela mídia como relevantes para serem publicados nos veículos de comunicação.” (p.26) Neste ponto se analisa o privilégio, a garantia que determinados grupos sociais têm ao espaço discursivo do jornal. Enquanto os políticos, juristas e acadêmicos são, por exemplo, naturalmente procurados pelos jornalistas para dar entrevistas, os sindicalistas, militantes dos movimentos sem terra e grevistas, têm acesso aos jornais basicamente em situações de conflitos, como passeatas, ocupações, etc. (FALCONE, 2005)

Inseridas nestas duas macrocategorias apresentadas, a autora defende que o acesso se dá a partir de estratégias diversas. Dentre as várias estratégias que ela apresenta, delimitamo-nos em apenas duas, tendo em vista os objetivos que pretendemos desenvolver no trabalho em questão. As estratégias aqui selecionadas são denominadas por Falcone como *Aspectos Sócio-Discursivos* (representação dos atores sociais). São eles: acesso direto e acesso mediado. O acesso direto “caracteriza-se pela representação discursiva direta dos entrevistados” (p.28) e o mediado “compreende os diversos tipos de discursos relatados” (p.29). Neste, as várias formas de representação dos atores sociais envolvidos no evento comunicativo são levados em conta nas análises, sendo que a voz que aqui predomina é a do repórter (FALCONE, 2005).

Observemos alguns destes aspectos nos trechos retirados de duas notícias. Como elas eram um pouco extensas, resolvemos apenas fazer um recorte dos acessos discursivos que analisamos para deixá-los aqui explícitos.

Notícia 1: ESTADO PUNE PROFESSOR GREVISTA¹

Para tentar assegurar início do ano letivo, previsto para hoje, governo ameaça cortar salários, descontar pontos e substituir quem aderir ao movimento

a) “Acreditamos que essas medidas vão assegurar o retorno do ano letivo. Os alunos não podem ser prejudicados. Vamos garantir a eles o direito de ter aula. Reconhecemos o direito de greve dos professores, mas achamos que o caminho não é esse. Antecipamos o pagamento do piso salarial do magistério em 15 meses” destacou o secretário de Administração, Paulo Câmara. “Pedimos aos docentes que tenham paciência e esperem até outubro, quando poderemos negociar aumento de salários. Com a crise, a previsão é de haja uma perda de R\$ 600 milhões de arrecadações do Estado”.

Um primeiro ponto que nos chama atenção no trecho em destaque é a questão do jornalista selecionar discursos, logo no início da notícia, que vão dar acesso a uma instituição de poder para recriminar o ato da greve dos professores. O discurso do secretário da Administração é privilegiado para ser representado neste ponto. Mesmo afirmando que reconhece o direito de greve, ele expõe de maneira bem clara que o caminho a ser seguido não é esse. Tal declaração não nos causa surpresa, pois a greve não é e jamais seria bem vista pelos representantes do governo, pois ela estaria ameaçando a ordem deles. Quando o secretário diz que os alunos não podem ser prejudicados e que vão lhes garantir o direito de terem aula, atribui-se, mesmo que de maneira mais ou menos velada, uma identidade negativa aos professores do estado, uma vez que se transfere para eles a culpa de prejudicarem os alunos com a falta de aula. Outro ponto é a questão do secretário pedir que os docentes tenham paciência, o que acaba criando uma imagem de eles serem impacientes por não esperarem um período para negociação.

b) “Fecharemos a folha de pagamento de julho segunda-feira. O professor que faltar esta semana já vai ter os dias descontados e só receberá em agosto”, observou o Secretário de Administração. (...) “Faremos seleção simplificada, caso não haja professor no banco para as vagas ociosas”, explicou a superintendente de Desenvolvimento de Pessoas, Ivaneide Dantas.

Nestas duas representações percebemos que, mais uma vez, os discursos selecionados para serem representados na notícia dão acesso direto a pessoas representantes do governo (secretário de Administração e superintendente de Desenvolvimento de Pessoas). O espaço cedido a eles acaba reafirmando o quadro negativo sobre a manifestação. Os discursos selecionados procuram mostrar as atitudes do governo diante da situação, como uma maneira de ameaçar os professores, para evidenciar que ele pode manipular o que está acontecendo e consequentemente mostrar

¹ A notícia completa encontra-se nos anexos deste trabalho.

quem está no poder. Este fato de ameaçar os docentes, afirmando que eles terão os dias parados descontados no salário e suas vagas ocupadas nas escolas por outros professores, possibilita que se atribua mais uma vez aos docentes uma identidade negativa, como aqueles que são submissos, uma vez que não haverá outro caminho a seguir, a não ser o de acabar com a greve.

c) Para o presidente do Sintepe, Heleno Araújo, o governo não conseguirá esvaziar a greve. “A categoria está fortalecida e não serão essas medidas que vão acabar com a paralisação”. Segundo Heleno, juridicamente o Estado não pode cancelar contratos dos temporários nem descontar salários dos grevistas. Ele afirmou que o sindicato tomará providências jurídicas para assegurar a greve. A categoria faz assembleia amanhã às 14h, em frente à Secretaria de Educação.

Esta parte do texto apresenta os dois tipos de acesso sócio-discursivo, tanto o direto quanto o mediado, quando o jornalista traz para a notícia o discurso do presidente do Sindicato dos professores. É interessante despertar a atenção para o fato de que ele permite este acesso somente no último parágrafo da notícia, que, segundo Falcone (2005, p. 98), trata-se de um lugar menos “privilegiado” do texto jornalístico, “aos quais facilmente os leitores chegam”. Exatamente apenas neste último trecho uma identidade positiva dos professores é construída, como aqueles que são destemidos diante da situação, mesmo sofrendo ameaças do governo. Isso demonstra a posição de valores das identidades que são construídas e representadas neste texto jornalístico. Outro fato que nos chama atenção aqui é que não foi qualquer professor que estava inserido no movimento grevista que foi eleito pelo jornalista para dar a entrevista, e sim, o presidente do Sintepe, já que este está numa posição valorativa em relação aos outros. Isso reflete que as instituições que são eleitas pelos jornalistas para serem representadas nas notícias dão acesso àqueles que estão no poder, criando e legitimando as suas identidades.

Notícia 2: GREVE DE DOCENTES CONSIDERADA ILEGAL²

A decisão do juiz Djalma Andreino Nogueira Júnior, da 3ª Vara da Fazenda Pública, determina que os professores da rede estadual voltem ao trabalho

d) Até as 19h de ontem, o presidente do Sintepe, Heleno Araújo, não havia sido notificado oficialmente sobre a liminar. “A greve está mantida. Esperamos que a categoria se fortaleça diante da pressão do governo”, destacou. Quando receber o documento, ele o encaminhará ao departamento jurídico do sindicato para as medidas necessárias. “Caberá aos advogados do Sintepe decidir o que fazer”, explicou.

² A notícia completa encontra-se nos anexos deste trabalho.

Por meio de acessos diretos, o jornalista procura representar o discurso do presidente do Sindicato dos professores. O fato destes discursos terem acesso no início da notícia poderia ser vistos de maneira positiva, já que eles estariam ocupando um lugar privilegiado no texto jornalístico. Entretanto, observamos que este espaço, que poderia talvez ter sido ocupado para noticiar o porquê dos professores estarem na situação de greve, acaba sendo usado de maneira breve para ressaltar apenas a continuação do movimento.

e) O procurador-geral do Estado, Tadeu Alencar, comemorou a decisão favorável ao governo. “O juiz entendeu que um milhão de alunos não podem ser prejudicados com a greve”, destacou. “Acredito que pesaram os argumentos que colocamos no pedido de liminar. O juiz percebeu que não se pode atribuir ao governo qualquer descuido com a educação em Pernambuco. Foram feitos vultuosos investimentos em infraestrutura das escolas, programas educacionais, qualificação dos professores, merenda. Além de termos antecipado o pagamento do piso salarial para setembro do ano passado”.

Um primeiro fato neste trecho da notícia já nos chama a atenção: em comparação com o trecho anteriormente analisado, o espaço neste ponto cedido para se referir ao discurso do procurador-geral do Estado é bem maior do que aquele que foi cedido ao presidente do Sintepe. Isso já demonstra que a mobilização de acessos – neste caso em questão, de acessos diretos – ao espaço jornalístico compromete as identidades dos atores sociais que vão ser representados na notícia. Aqueles que têm mais poder terão mais acesso, e os menos privilegiados, menos acesso. Isso permite que as imagens destes sejam muitas vezes estereotipadas, uma vez que seus discursos serão tidos como menos confiáveis para serem representados. O procurador-geral, mesmo sem deixar explícito que culpa os professores pelo descuido com a educação, acaba atribuindo-lhes o insucesso dela, já que, segundo ele, o Estado tem se mostrado eficiente nos investimentos em infraestrutura, programas educacionais, qualificação dos professores e merenda. A imagem que se constrói sobre os docentes é a de que eles são “os vilões da história”. Isso fica evidente quando o procurador faz questão de ressaltar os benefícios, como por exemplo, o pagamento antecipado do piso salarial, que os docentes tiveram. Tal fato permitiria que eles estivessem realizados com a situação e não tivessem motivos para estarem em greve. Mas, o que se faz questão de realçar é que, mesmo com tais medidas, os professores decidem manter o movimento.

f) No despacho, o juiz afirmou que “embora o direito de greve esteja constitucionalmente assegurado aos trabalhadores, este deve ser exercido com responsabilidade, até porque nenhum direito pode ser exercido de forma ilimitada e abusiva”. E chamou a atenção para o dano que a greve causará à sociedade se persistir, diante do afastamento dos alunos da escola e da possibilidade de a merenda estragar-se.

Neste ponto o jornalista dá acesso discursivo tanto direto e mediado ao juiz que – mesmo usando de um discurso que reconhece o direito de greve aos trabalhadores, neste caso aos professores, o que supostamente o coloca em uma posição de democrático – procura afirmar os limites que ela deve ter. Como, para o juiz, os professores não respeitam estes limites, já que ele dá uma liminar que considera a greve como ilegal, como foi visto no início da notícia, é construído neste discurso uma identidade que mostra os docentes como sendo irresponsáveis, pois eles não usam o direito que têm de maneira responsável. Em seguida, no discurso que dá acesso mediado mais uma vez ao juiz, tal identidade negativa sobre os professores permanece. O jornalista elege o discurso para ser representado em que o juiz chama a atenção para o fato do dano que a greve causará à sociedade, usando da chantagem de a merenda ser estragada, o que seria um caos, tendo em vista a quantidade de pessoas que necessitam de alimento no Estado de Pernambuco. Os professores, com isso, serão vistos como ameaçadores, devido aos prováveis prejuízos que causarão à sociedade, ato que os qualifica como um grupo que não está preocupado com ela. Entretanto, vale também salientar a observação de que, por se tratar neste trecho de um acesso discursivo mediado, não se sabe se realmente foi o juiz quem chamou a atenção para este fato ou se foi o jornalista que o considerou desta maneira.

g) “O Estado está revivendo a ditadura militar. No ato, vamos lembrar esse período triste da nossa história”, afirmou Heleno Araújo.

O último discurso que o jornalista procura representar na notícia dá voz ao presidente do Sindicato, que compara o período que os professores estão vivenciando com o da ditadura militar. Isso permite que se atribua uma imagem a ele, e consequentemente aos professores grevistas, de pessoas lutadoras que não permitem um sistema de repressão, a ponto de deixarem explícito que irão, em protesto, lembrar este período em um ato público nas ruas. Tal identidade, entretanto, é atribuída aos docentes, mais uma vez, assim como na notícia anterior analisada, no fim do texto, local este que traz as informações menos singulares, possibilitando com isso, que os leitores não deem tanta credibilidade ao que está sendo dito nesta parte.

5. Considerações Finais

Nas notícias analisadas percebemos que a seleção de discursos constitui-se como um dos mecanismos que proporciona o acesso de grupos a participarem discursivamente da notícia. Tal fato influencia ativamente na atribuição de identidades dos atores sociais, neste caso dos docentes inseridos no movimento grevista do estado de Pernambuco, presentes no relato noticioso.

As atribuições de identidades no discurso jornalístico influenciam as situações de dominação e desigualdades presentes na sociedade. Isso fica explícito em nossas análises

com os acessos de discursos diretos e mediados representados nas notícias, em que o secretário da Administração, o Procurador-Geral do Estado, o juiz e a superintendente de Desenvolvimento de Pessoas são frequentemente mais citados do que os discursos dos professores. Desta maneira, as notícias dão pouco ou nenhum acesso aos discursos destes para exporem os motivos pelos quais estão em estado de greve. Diríamos, baseadas em Van Dijk (1997), que isso ocorre porque a voz da minoria, dos professores grevistas, que não se conforma com as decisões da Secretaria de Educação, é considerada “menos confiável e marginalizada por ser radical demais” (p.174).

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2005.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 2008.
- FALCONE, Karina. **O Acesso dos Excluídos ao Espaço Discursivo do Jornal**. Publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, 2005.
- MOITA LOPES, Luis. P. da. Socioconstrucionismo: discurso e identidades sociais. In MOITA LOPES, Luis. P. da (Org). **Discursos de Identidade**. São Paulo, Mercado de Letras, 2003. p.p 13-35
- PEDRO, Emilia. R. O Discurso dos e nos *Media*. In PEDRO, Emilia. R. (Org). **Análise Crítica do Discurso. Uma perspectiva Sociopolítica e Funcional**. Lisboa, Caminho, 1997. p.p. 293-312.
- PENNA, Maura L. F. **Identidade social, linguagem e discurso**. Coleção de teses. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 1997.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. O Conceito de Identidade em Linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In SIGNORINI, Ines. (Org). **Língua(gem) e Identidade**. São Paulo, Mercado de Letras. 1998. p.p 21 - 45
- SIGNORINI, Ines. (Des)construindo Bordas e Fronteiras: letramento e identidade social. In SIGNORINI, Ines. (Org). **Língua(gem) e Identidade**. São Paulo, Mercado de Letras. 1998. p.p 139-171
- VAN DIJK, Teun Adrianus. **Cognição, Discurso e Interação**. São Paulo, Contexto, 1996.
- _____. O Poder e a Midia Jornalística. **Palavra**, n.4, p.167-187, 1997
- _____. **Discurso, Notícia e Ideologia**. Porto, Campo das Letras, 2005.

_____. **Discurso e Poder**. São Paulo, Contexto, 2008.

Anexos

Notícia 1: ESTADO PUNE PROFESSOR GREVISTA

Para tentar assegurar início do ano letivo, previsto para hoje, governo ameaça cortar salários, descontar pontos e substituir quem aderir ao movimento

O governo do Estado endureceu e anunciou medidas que serão a partir de hoje para tentar esvaziar a greve dos professores e garantir retomada do ano letivo nas 1.105 escolas da rede estadual. Quem aderir ao movimento terá os dias parados descontados e só receberá remuneração no dia 5 de agosto, em vez de no fim deste mês. Outra ação é a contratação temporária de docentes para substituir os grevistas. Estuda, na rede estadual cerca de um milhão de alunos.

“Acreditamos que essas medidas vão assegurar o retorno do ano letivo. Os alunos não podem ser prejudicados. Vamos garantir a eles o direito de ter aula. Reconhecemos o direito de greve dos professores, mas achamos que o caminho não é esse. Antecipamos o pagamento do piso salarial do magistério em 15 meses” destacou o secretário de Administração, Paulo Câmara. “Pedimos aos docentes que tenham paciência e esperem até outubro, quando poderemos negociar aumento de salários. Com a crise, a previsão é de haja uma perda de R\$ 600 milhões de arrecadações do Estado”.

A portaria que enumera as ações adotadas pelo Estado será publicada no Diário Oficial de hoje. A principal reivindicação dos mestres é que o governo cumpra a lei do piso. Segundo a legislação, o piso deveria ter sido reajustado em 19,2% em janeiro deste ano.

A frequência dos professores será acompanhada diariamente pelos diretores das escolas, que enviarão relatórios para as Gerências Regionais de Educação (GREs). Essas, por sua vez, encaminharão o levantamento para a Secretaria Estadual de Educação. Normalmente isso acontece uma vez por mês. “Fecharemos a folha de pagamento de julho segunda-feira. O professor que faltar esta semana já vai ter os dias descontados e só receberá em agosto”, observou o Secretário de Administração.

Docentes com contrato temporário (cerca de 3 mil no ensino regular) que aderirem à greve terão o contrato rescindido. Já os 1512 professores que atuam nas 102 escolas de referência perderão a gratificação extra que recebem do e serão devolvidos à GRE de origem, liberando a vaga para outro colega. A partir de segunda-feira, após fazer levantamento das escolas em greve, a Secretaria de Educação chamará profissionais para preencher as vagas dos grevistas. Os convocados fazem parte de um banco de dados. “Faremos seleção simplificada, caso não haja professor no banco para as vagas ociosas”, explicou a superintendente de Desenvolvimento de Pessoas, Ivaneide Dantas.

Para o presidente do Sintepe, Heleno Araújo, o governo não conseguirá esvaziar a greve. “A categoria está fortalecida e não serão essas medidas que vão acabar com a paralisação”. Segundo Heleno, juridicamente o Estado não pode cancelar contratos dos temporários nem descontar salários dos grevistas. Ele afirmou que o sindicato tomará providências jurídicas para assegurar a greve. A categoria faz assembleia amanhã às 14h, em frente à Secretaria de Educação.

(JC, 09/07/2009)

Notícia 2: GREVE DE DOCENTES CONSIDERADA ILEGAL

A decisão do juiz Djalma Andreino Nogueira Júnior, da 3ª Vara da Fazenda Pública, determina que os professores da rede estadual voltem ao trabalho

A greve dos professores da rede estadual, que completa hoje cinco dias, foi considerada ilegal pelo juiz Djalma Andreino Nogueira Júnior, da 3ª Vara da Fazenda Pública. A liminar, favorável ao governo estadual, saiu no fim da tarde de ontem e determina que os docentes voltem imediatamente ao trabalho. Caso não cumpra a determinação, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sintepe) pagará multa diária de R\$ 20 mil. Mas cabe recurso. A categoria realizará assembleia hoje, às 14h, em frente à Secretaria de Educação de Pernambuco, no Centro. A principal reivindicação dos docentes é o reajuste do Piso Nacional do Magistério.

Até as 19h de ontem, o presidente do Sintepe, Heleno Araújo, não havia sido notificado oficialmente sobre a liminar. “A greve está mantida. Esperamos que a categoria se fortaleça diante da pressão do governo”, destacou. Quando receber o documento, ele o encaminhará ao departamento jurídico do sindicato para as medidas necessárias. “Caberá aos advogados do Sintepe decidir o que fazer”, explicou. Na assembleia de hoje, a direção da entidade vai defender a continuação do movimento. Embora a paralisação tenha começado na segunda-feira, somente ontem as aulas seriam retomadas. Para os três primeiros dias úteis da semana estava programado planejamento pedagógico.

A decretação da ilegalidade da greve não inviabiliza as medidas anunciadas pela Secretaria de Administração para os docentes que participarem da paralisação. Segundo

o governo, quem decidir continuar em greve terá os dias parados descontados e só receberá o próximo salário no dia 5 de agosto, em vez de no fim de julho. Outra ação será contratação temporária para substituir os grevistas, caso a decisão judicial não seja atendida.

O procurador-geral do Estado, Tadeu Alencar, comemorou a decisão favorável ao governo. “O juiz entendeu que um milhão de alunos não podem ser prejudicados com a greve”, destacou. “Acredito que pesaram os argumentos que colocamos no pedido de liminar. O juiz percebeu que não se pode atribuir ao governo qualquer descuido com a educação em Pernambuco. Foram feitos vultuosos investimentos em infraestrutura das escolas, programas educacionais, qualificação dos professores, merenda. Além de termos antecipado o pagamento do piso salarial para setembro do ano passado”.

DIREITO

No despacho, o juiz afirmou que “embora o direito de greve esteja constitucionalmente assegurado aos trabalhadores, este deve ser exercido com responsabilidade, até porque nenhum direito pode ser exercido de forma ilimitada e abusiva”. E chamou a atenção para o dano que a greve causará à sociedade se persistir, diante do afastamento dos alunos da escola e da possibilidade de a merenda estragar-se.

Antes da assembleia, hoje, docentes farão ato público às 7h30 em frente às Gerências Regionais de Educação Metropolitana Sul, Norte e Recife Sul, na Cidade Universitária, Zona Oeste do Recife. “O Estado está revivendo a ditadura militar. No ato, vamos lembrar esse período triste da nossa história”, afirmou Heleno Araújo.

(JC, 10/07/2010)